

Interesses privados na educação pública: estudo sobre a Rede GIFE

Kátia de Carvalho Lopes
UFSC
k11972@gmail.com
Eneida Oto Shiroma
UFSC
eneida@ced.ufsc.br

No intuito de alcançar as metas de Educação para Todos e os Objetivos do Milênio, a Unesco fomenta a criação de redes como elemento agregador de sujeitos diversos, capaz de estimular o envolvimento destes para que se comprometam e responsabilizem pelos projetos gestados nestas redes. A UNESCO considera a rede Gife é formalmente indicada como “valiosa” colaboradora no processo de implementação de atividades e projetos na área da educação, particularmente ciências humanas e sociais (UNESCO, 2009, p. 84). As relações que se estabelecem entre Estado, empresariado e organizações sem fins lucrativos, nacionais e/ou supranacionais como a Unesco, vão configurando uma rede atuante no processo de produção das políticas, denominadas Redes de Políticas Públicas (RPP).

O objetivo deste estudo foi analisar o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife) procurando descrever sua composição, analisar como esta rede opera e apreender sua intervenção no processo de formulação das políticas públicas para educação. A metodologia utilizada foi análise documental e análise de redes sociais (ARS). Trabalhamos com o referencial gramsciano para discutir as relações entre Estado e sociedade.

A atualidade do pensamento de Gramsci está relacionada às contribuições que se pode extrair de suas análises do processo de produção e reprodução do capitalismo (MARTINS, 2008a). Na tentativa de construir uma nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005) pelo fortalecimento do *marketing* social, empresas e organizações privadas sem fins lucrativos se reúnem ao redor de questões sociais, para que “[...] o “capitalismo de rapina” [seja] superado e se instaur[e] um novo costume, mais propício ao desenvolvimento das forças econômicas” (GRAMSCI, 1984, p. 416); um tipo de sociabilidade que produz a internalização dos valores do capital pelas classes subalternas, contribuindo para a conformação de um novo tipo de homem necessário em cada tempo histórico (MÉSZÁROS, 2004).



Analisamos o modo como as práticas de empresas na área social se efetivam buscando compreender a que, essencialmente, se destinam estas iniciativas na área educacional. Atentamos para um fenômeno recente carecia de investigação: a ampla difusão da noção e práticas de investimento social privado (ISP). De acordo com o Gife (2010), trata-se de um tipo de responsabilidade social no qual a empresa decide profissionalizar ou institucionalizar sua ação social, ou seja, quando ela decide repassar recursos privados para fins públicos de maneira planejada e gerenciada. Essa afirmação suscitou um amplo leque de indagações sobre intenções, mecanismos de atuação, aporte jurídico-normativo que fundamentam esta prática de investimento. Exigiu pensar sobre a articulação entre econômico e político, entre macro e micro. Para tanto mapeamos a rede Gife, dando visibilidade às organizações que a compõem, analisamos seus objetivos, modos de atuação e suas produções para área da educação.

A partir dos dados sobre os gestores e associados da rede Gife e sua afiliação a outras organizações, desenhamos os contornos dessa rede. Elegemos a técnica de análise de redes pela possibilidade de identificar as ações articuladas entre sujeitos e organizações. Tratou-se de passar da análise de organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação dessas organizações, percebendo as interconexões entre o local e o global (SHIROMA, 2008). Tomamos como referência os estudos de Montañó (2005) para discutir o conceito ideológico “terceiro setor”; encontramos em Shiroma, Campos e Garcia (2005) subsídios teórico-metodológicos para a análise de documentos e, para a análise de redes, nos voltamos aos escritos, principalmente, de Marques (2003; 2000), Minella (2007; 2003), Pizarro (2009), Evangelista e Shiroma (2008), Shiroma (2009; 2008), Klijn (1998), Zurbriggen (2006) e Lopes (2008).

Redes de políticas públicas

O conceito de redes na análise de processos políticos começou a ser utilizado em meados dos anos de 1970 (ZURBRIGGEN, 2006; KLJIN, 1998). Estudos inspirados na teoria das organizações surgiram como alternativa ao enfoque *top-down* no qual o processo de organização do trabalho se desenrolava a partir de metas formuladas por um sujeito central (ZURBRIGGEN, 2006; KLJIN, 1998). De acordo com Klijn (1998) na abordagem de redes a análise centra-se nos sujeitos que interagem para solução de um determinado problema no



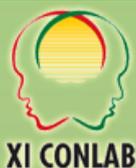
nível operacional local, observando a existência de relações entre representantes do público e do privado para a promoção do bem comum.

Este modelo de RPP baseia-se em conceitos da sociologia das organizações, particularmente naqueles que se referem às relações inter-organizacionais, predominantes nos anos de 1960 e 1970. Segundo Kljin (1998), a análise das RPP centra-se nas relações desenvolvidas entre organizações buscando estabelecer os padrões, baseados nos resultados obtidos pela interdependência entre as organizações. Para o autor, o entorno de uma organização é formado por um conjunto de organizações onde cada uma controla algum tipo de recurso – capital, conhecimento, pessoal – e precisa interagir com outras adquirindo recursos necessários para alcance de objetivos pré-estabelecidos.

Segundo Schneider (2005), as RPP podem ser encaradas como uma nova forma de governança política, processos de regulação e condução da sociedade por meio de instituições e sujeitos que articulados em rede produzem políticas públicas não apenas pela hierarquia governamental e administrativa, mas por um complexo processo nos quais estão envolvidas organizações tanto públicas quanto privadas (SCHNEIDER, 2005). As RPP se caracterizam, então, pela interdependência de recursos estabelecida entre as organizações públicas e privadas conectadas e pelas complexas relações que se estabelecem; concentram a totalidade das unidades que estão conectadas por certo tipo de relação limitando ou facilitando as ações das organizações (ZURBRIGGEN, 2006). As redes de políticas públicas são promovidas num contexto em que o Estado, sob influência da Terceira Via, amplia suas relações com organizações do chamado “terceiro setor”.

“Terceiro setor” e gestão social em redes

O debate sobre o “terceiro setor” tornou-se funcional às necessidades de respostas às seqüelas da questão social, favorecendo, no interior das estratégias neoliberais, a reestruturação do Capital. Curiosamente dentre os sujeitos solidários e socialmente responsáveis identificam-se empresários e filantropos da classe dominante (MONTAÑO, 2005). A participação desses sujeitos na agenda política dos Estados direciona esforços para o atendimento dos chamados grupos mais vulneráveis – leia-se trabalhadores subempregados, desempregados, etc. – configurando, segundo Carvalho (1999) um *welfare* dualizado entre mercado e organizações da sociedade.

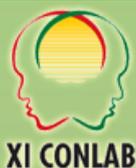


Para Carvalho (1999) o movimento de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade para compor pactos e condições de governabilidade e a disputa na definição da agenda política social resultante da articulação de Organizações Multilaterais, agências governamentais e do “terceiro setor” movendo-se em redes mundializadas, criaram elementos de tensão que dicotomizaram a gestão das políticas sociais entre as lógicas da tutela/compaixão e a do direito, estando a primeira ancorada no valor social da solidariedade, que se pode transmutar em compaixão reinstaurando a cultura da tutela, negando ou desconsiderando o direito, como fundamento da política social.

Como superação deste modelo, outras disposições para a gestão social foram criadas: a gestão em rede, admitindo que o fazer social ocorre no entrelaçamento de redes alimentadas por fluxos contínuos de informação e interação, interconectando organizações governamentais e não-governamentais, comunidades e serviços similares e complementares, favorecendo a intersetorialidade e exigindo a conjugação, convergência e integração das políticas e programas setoriais (CARVALHO, 1999).

As técnicas gerenciais incorporadas pelo Estado desde os anos de 1990 e as recomendações políticas respaldadas pelas teses da Terceira Via favoreceram a atuação de organizações privadas sem fins lucrativos nos espaços de intervenção social, e, particularmente na educação, cujas ações têm sido justificadas pelo apelo a educação de qualidade. Os argumentos gerenciais do “terceiro setor” reforçam a idéia de constituição de redes ligadas à concepção administrativa de sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições em torno de um objetivo comum, anunciando práticas organizadas consensualmente promovendo ajuda mútua, voluntariado, ações comunitárias, entre outras. Em defesa da atuação por meio de redes, os intelectuais vinculados ao “terceiro setor” enfatizam a necessidade de cooperação e de relações de confiança entre os sujeitos/organizações, elementos geradores de capital social (LOPES, 2008).

No que diz respeito ao Estado, o acento à necessidade de controle, de gestão por objetivos e dos incentivos à competição, conduziram ao modelo de regulação de políticas públicas, ou redes de governança, indicando uma noção de Estado cujo dever é, segundo Lima (2007, p. 167), assegurar a manutenção da tríade Estado/mercado/sociedade civil por meio de parcerias “atenuando a sua representação como centro decisor, para promover especialmente a ideia do Estado regulador, supervisor, mediador e avaliador”. As articulações estabelecidas



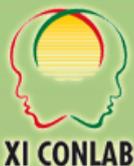
entre os aparelhos estatais e organizações da sociedade, permitem a observação de que há acentuada intencionalidade do Estado brasileiro em promover pacto nacional em torno de um projeto de sociabilidade com apelo à caridade, que se encerra ou restringe na humanização do capitalismo (LOPES, 2008). Parafraseando Neves (2004, p.4), trata-se da “*submissão* consentida do conjunto da sociedade às idéias, ideais e práticas da classe que detém a hegemonia política e cultural no Brasil de hoje”.

As redes nas propostas para a educação na América Latina

O governo brasileiro é signatário de acordos transnacionais, como o Efa (UNESCO, 1990), a Declaração de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2000) e a Declaração de Ottawa (UNESCO, 2003), entre outros, e por isso compromete-se com a aplicação e cumprimento de metas desdobradas em projetos regionalmente elaborados (CAMPOS, 2008), evidenciando o caráter de influência da Unesco na produção e implementação de políticas nacionais.

No âmbito regional a Unesco tem atuado com o propósito de apoiar os Estados membros da região latino-americana na definição de estratégias para o desenvolvimento de suas políticas educativas, desenvolvendo projetos com a anuência de Ministros da Educação dos países da América Latina como o Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe (Prelac), que tem como objetivo promover reformas nas políticas e práticas educativas visando à melhoria da qualidade educacional no período de 2002 a 2017; também encerra a expectativa de converter-se em um fórum técnico-político promotor de diálogo regional e de intercâmbio entre autoridades e sujeitos do sistema educativo. Esse projeto prevê a constituição de “redes sociais” como mecanismo para sua implementação, acompanhamento e avaliação.

A UNESCO propõem mudanças nos processos de formulação, execução e avaliação de políticas educacionais visando estimular, no sistema educacional e nas unidades escolares, o desenvolvimento de uma cultura gerencial com ênfase nos resultados e recomendam a participação em redes para a difusão de práticas exitosas. Essas orientações influenciam a construção de diretrizes de programas/projetos na área da educação envolvendo articulações entre o Ministério da Educação e organizações privadas.



Cumpra ressaltar também que a função das redes, para a Unesco, compreende envolver a sociedade nas reformas pretendidas, universalizando a responsabilidade pela educação; facilitar a ação coletiva, a participação política, e o estabelecimento de parcerias entre o público e o privado para responder às questões sociais e fomentar a criação de fontes alternativas para aumentar o “investimento social” em educação, objeto de “responsabilidade social”. A seguir, analisaremos o Gife, em função dos vínculos que a compõem reunindo representações civis e políticas da sociedade.

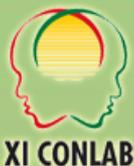
Rede Gife

O Gife iniciou suas atividades em 1989 com um grupo de discussões sobre filantropia, objetivando encontrar formas de parcerias entre organizações sem fins lucrativos e Estado a fim de viabilizar soluções para as desigualdades sociais do Brasil e institucionalizou-se, oficialmente, em 1995, com 25 associadas. Apoiados na ideologia neoliberal de suposta incapacidade do Estado em promover sozinho o bem comum e diante dos escândalos de corrupção envolvendo a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Grupo incumbiu-se da responsabilidade de dar às atividades filantrópicas uma nova direção, assinando o primeiro documento aprovado em assembléia, o Código de Ética, norteador de suas ações. Definiu como missão “aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum” (GIFE, 2009), e tem como objetivos:

Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações de origem empresarial e de outras entidades privadas que realizam investimento social voluntário e sistemático, voltado para o interesse público (GIFE, 2009).

A rede Gife conta hoje com 131 associados que movimentam mais de 1,15 bilhões de reais, anualmente, para a prática do ISP, em diversas áreas. Desse universo, 85,5% financiam projetos/programas na área da educação representando uma movimentação financeira aproximada de 983 milhões de reais do total anual investido. Das 112 instituições investidoras em educação, o grupo empresarial representa tanto o capital industrial quanto o financeiro, nacional e multinacional atuante em todo território brasileiro.

Para associar-se ao Gife é indispensável ser empresa ou instituto/fundação de origem empresarial que faça investimentos em projetos sociais. O Conselho de Governança do Grupo



avalia as propostas de associação tendo como referências a prática do ISP e o cumprimento do Código de Ética. Do total de organizações filiadas, chamamos atenção para as 15 organizações que foram/são representadas mais vezes nos Conselhos diretivos do Gife: Fundação e Instituto Itaú com acento em todas as gestões desde 1999; Grupo Santander, Fundações Bradesco, Avina, O Boticário, Odebrecht, Roberto Marinho e Romi, quatro vezes representadas; Fundações Orsa, Ford, Iochpe e Institutos Cidadania Empresarial, Gerdau e Monte Negro (Ibope), três vezes representados. Os números sugerem que estas organizações foram/são mais influentes na direção do Gife, uma vez que suas representações foram/são relativamente constantes no período analisado.

Os vínculos relacionais são estabelecidos pelo pertencimento simultâneo a conselhos de organizações diversas e/ou pela participação de dois sujeitos no conselho de uma mesma organização. Analisando informações sobre os presidentes do Gife, de 1999 a 2009, observamos suas participações na gestão em organizações privadas sem fins lucrativos, em instituições de pesquisa e/ou de ensino, em aparelhos do Estado e em agências da mídia, simultânea e/ou alternadamente. Stephen Ball e Sonia Exley (2008) identificaram como característica de funcionamento de uma rede política, a participação de sujeitos que compõem as organizações de uma rede em uma ou mais organizações dessa rede simultaneamente nos conselhos consultivos uns dos outros. Para os autores, essa característica conferiria a uma rede um alto grau de capilaridade, possibilitando que os ideais e objetivos de suas associadas alcançassem maior expressão e sentido em níveis locais e nacionais.

A relação social entre as organizações se estabelece pelo pertencimento simultâneo de um membro a conselhos de outras organizações. A reunião de empresários no Gife e a participação desses no CDES, organizados em redes, traz a luz pactos estabelecidos entre capitalistas e Estado para formular, implementar e avaliar políticas sociais, movimento que é expressão do neoliberalismo da Terceira Via.

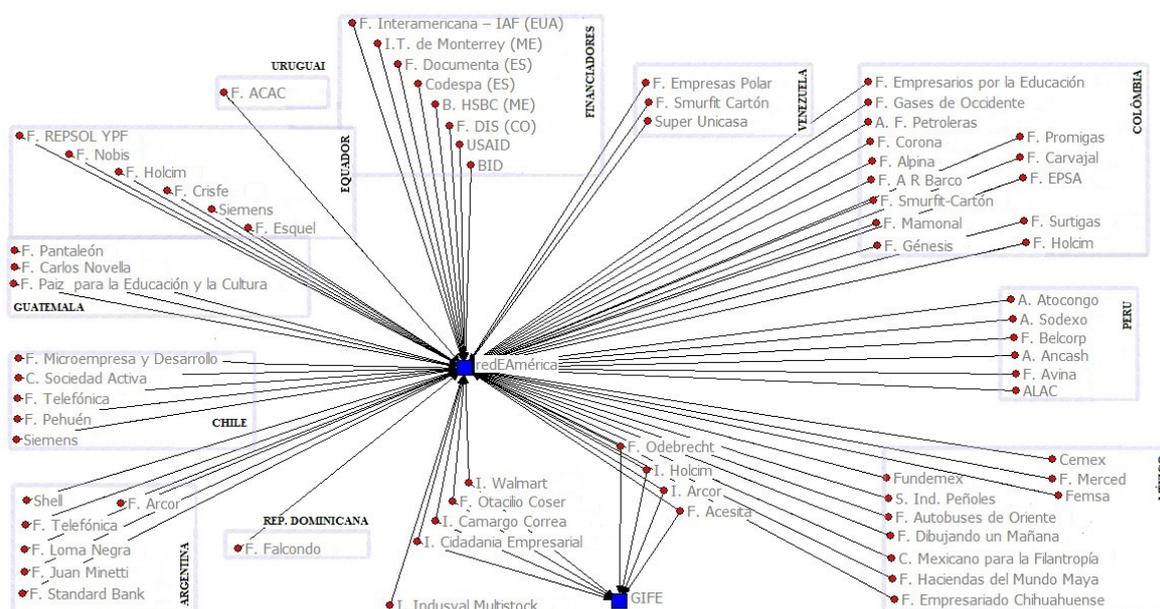
As seguintes ações são mantidas e fomentadas pelo Gife: aliança rede Gife e redEAmérica e programa Marco Legal e Políticas Públicas e ainda Grupos de Afinidade para promover a atuação em rede que objetiva troca de informações, articulação política e implementação de ações conjuntas nas áreas de comunicação, educação, cultura e juventude; Núcleos Regionais cujas demandas são apresentadas por associados que não possuem sede na cidade de São Paulo; congressos nacionais sobre ISP; painéis temáticos e *workshops* com



temas específicos; cursos “Ferramentas de Gestão” para profissionais de institutos, fundações, empresas, ONG, gestores de políticas públicas e interessados em atuar no “terceiro setor”; publicações.

A redEAmérica é uma rede interamericana de fundações e ações empresariais na América Latina, liderada pelo setor empresarial, criada em 2002 com o objetivo de reunir empresas e organizações empresariais para promover ações visando redução da pobreza, inclusão social e fortalecimento da democracia nas Américas. É composta por 56 empresas e organizações distribuídas em 12 países da região, e contabiliza alianças internacionais com outras organizações como: *Inter American Foundation* (IAF); BID, Banco HSBC, México; Codespa, Espanha; *Instituto Tecnológico de Monterrey*, México; Usaid; *Fundación Documenta*, Espanha; *Fundación DIS*, Colômbia; Gife (REDEAMÉRICA, 2010). Oferece aos associados ferramentas construídas para melhorar práticas e impacto de suas intervenções no desenvolvimento de base; formação para equipes dirigentes e técnicos; recursos para iniciativas em nível nacional e hemisférico; acesso à base de contatos e vínculos com fundações e empresas que atuam de forma similar; estágios e intercâmbios entre membros da rede; seminários, fóruns e ciclos de formação; informação *online* e impresso. Tem como missão *contribuir a la reducción de la pobreza y la inequidad en América Latina, articulando esfuerzos de fundaciones y organizaciones empresariales que promueven el desarrollo de base* e mantém cinco linhas de ação: a) aprendizagem e geração de capacidades, b) alianças e trabalho em rede, c) recursos e oportunidades, d) incidência, e) comunicação, promoção e relações públicas (REDEAMÉRICA, 2010).

A aliança da redEAmérica com o Gife é uma iniciativa que se soma a outros seis programas mantidos pela primeira, a saber: construção de capacidades, programa de aprendizagem, programa Bid-redEAmérica, Fundo nacional colombiano, Fundo nacional argentino e formação virtual. O programa “construção de capacidades”, realizado entre 2003 e 2008, objetivou o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades institucionais de seus membros para gestão do desenvolvimento de base, iniciativa que resultou em publicações disponíveis no *website* da rede: “*Kit Construir Junto*”, quatro cadernos e um guia de trabalho, com definições conceituais e orientações gerais para promoção do desenvolvimento de base; três guias de acompanhamento de organizações de base; e estudos sobre organizações, redes intersetoriais e processos de desenvolvimento local (REDEAMÉRICA, 2010).



Rede Gife e redEAmérica

Podemos dizer que a união de rede Gife e redEAmérica evidencia um encontro de interesses de frações da classe social dominante para a produção de pactos entre capitais industrial e financeiro. Procuram justificar suas ações articulando-as à redução da pobreza e inclusão social, mote dos capitalistas que, sob a égide do neoliberalismo da Terceira Via, constituem, nas palavras de Neves (2010), uma “direita para o social”, viabilizadas por grupos de empresas organizadas em rede.

A rede Gife atua como intelectual orgânico do capital procura influenciar na produção e implementação de políticas públicas por meio do programa “Marco Legal e Políticas Públicas”. O referido programa, desenvolvido desde 2003, é financiado pelas fundações Ford e Kellogg e destina-se a promover ambiente regulatório favorável ao “terceiro setor”, especialmente no que se refere às imunidades e isenções tributárias e incentivos fiscais.

No programa Marco Legal as ações políticas do programa são também bastante abrangentes. O *advocacy*, atividade recomendada e recorrente nos relatórios de atividades do Gife (GIFE, 2004; 2005; 2007; 2008; 2010), é um “exercício de influências” que tem por objetivo “a mudança nas políticas e práticas em benefício dos indivíduos ou grupo específico de pessoas” (ROCHA, 2009, p. 45), conceituação próxima do *lobby* que “[...] designa a prática de influenciar as decisões governamentais, por meio de agentes que servem àqueles



interesses, com o objetivo de levar as autoridades a fazer – ou deixar de fazer – alguma coisa a bem daqueles interesses” (FARHAT, 2007, p. 51).

No primeiro ano de vigência do programa Marco Legal, 2003, o Gife iniciou uma série de articulações políticas visando influenciar ações de parlamentares do Congresso Nacional para impedir que a nova legislação da Contribuição para o Financiamento e Seguridade Social (Cofins), aprovada naquele ano, impactasse nos orçamentos de seus associados. Para isso foram enviadas manifestações aos senadores, deputados e ao relator da Medida Provisória que gerou a mudança da alíquota. Em dezembro do mesmo ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.883 mantendo isentas da cobrança da Cofins as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações. Ainda em 2003, o Gife foi convidado pelo secretário-geral da presidência para participar da elaboração do Plano Plurianual a fim de incluir na pauta de políticas públicas, ações de fortalecimento do ISP (GIFE, 2004, p. 9).

No plano de ação Gife para 2010 estavam previstas reuniões com os ministérios da Cultura e Educação e negociações para assentos em conselhos, além da audaciosa meta de tornar-se referência global em ISP até 2020 (GIFE, 2009a), que para ser realizada carece angariar vínculos e apoio ao Grupo. Para isso é necessária que o Gife participe de eventos diversos em nível nacional e internacional.

Para as atividades congressos, painéis, *workshops*, cursos e publicações, o Gife conta com quatro tipos fundamentais de recursos: financiamento, patrocínio, colaboração e apoio institucional. A partir do ano de 2000, bienalmente o Gife passou a promover o Congresso Nacional sobre ISP. Além dos eventos nacionais, o Gife participa e organiza encontros em nível internacional, corroborando a tese de que a rede Gife qualifica-se como um espaço educativo para organizações privadas sem fins lucrativos e empresas nacionais no intuito de promover uma “nova cultura cívica” está direcionada a gestores e futuros gestores de organizações afiliadas Gife cujos interesses são o de produzir pactos entre capitais, financeiro e industrial, nacional e internacional.

A rede Gife apresenta-se como “interlocutora da área social” com o Estado e o empresariado (GIFE, 2001, p. 8). Por esta razão norteia suas ações com base em dois documentos que precisam ser observados e cumpridos por cada um de seus associados: o *Estatuto GIFE* e o *Código de Ética*. No Estatuto Social do Gife estão contidos 41 artigos que



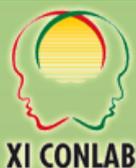
estruturam e organizam o Grupo, anunciam seu objetivo social, estabelece sua sede, patrimônio, receita e a destinação destes. Para manter parte de suas atividades, utiliza-se dos recursos provenientes das contribuições anuais associativas de sua rede. O documento prevê como objeto social do Gife a promoção do Investimento Social Privado (ISP) através da qualificação técnica, da atuação em rede, do fortalecimento político institucional e do apoio à atuação estratégica de institutos e fundações privadas voltadas ao interesse público (GIFE, 2005a).

Reza o Código de Ética do Gife que é obrigatória a prática e a disseminação do conceito de ISP entre os associados, bem como o cumprimento do *Estatuto GIFE* e deste Código, o comprometimento com seus objetivos e ideais, a transparência nas ações entre associados ou com o poder público com abstenção de privilégios corporativos e a gestão competente e eficaz dos recursos e sigilo profissional. O documento salienta que a prática de ISP não deve ser confundida nem utilizada como ferramenta de comercialização de bens tangíveis e intangíveis, mas, admite ao associado expectativa de valor agregado à sua imagem como subproduto do ISP (GIFE, 1995).

De acordo com as análises de Martins (2009, p. 143) sobre o Código de Ética do Gife, a constituição deste Grupo, visando congregar organizações privadas sem fins lucrativos e empresas, “é uma resposta positiva aos princípios e diretrizes do programa neoliberal da Terceira Via”, uma iniciativa educadora da classe burguesa que busca o comprometimento da sociedade civil com os princípios de colaboração e coesão social. Além disso, o Código registra a idéia preliminar de intervenção empresarial em questões sociais, ligeiramente distinto da noção de filantropia, como demonstraremos no capítulo que segue.

Uma nova forma de fazer política social

Amparadas nos princípios liberais de liberdade, igualdade e fraternidade, *grantmakers* internacionais como Ashoka e Avina, vinculadas à rede Gife, orientam as organizações financiadas a influir em políticas públicas com a finalidade de difundir valores como tolerância e apoio mútuo para o bom convívio social. Reivindicando um sistema democrático na redefinição do espaço público, estas organizações afirmam que “romper com aparelhos tradicionais de poder mantenedores da injustiça social” (GHANEM, 2007, p. 24) é o desafio que se apresenta para a influência de políticas. É nesse sentido que caminham as demandas



dirigidas ao Estado: que estas organizações estejam representadas em conselhos municipais, estaduais e federais ou fóruns de articulação política alegando representar a sociedade civil em sua totalidade; que o Estado regule a prática do *lobby* sobre políticas ou agentes governamentais a fim de que as organizações representadas em conselhos e fóruns possam modificar leis e decisões orçamentárias; que o Estado favoreça organizações privadas sem fins lucrativos na prestação de serviços especializados aos governos de modo que estes divulguem práticas e experiências exitosas dessas organizações incorporando-as como políticas públicas (GHANEM, 2007).

Objetivos ou causas que justificam programas/projetos sociais ganham “força e legitimidade, porque quase ninguém pode ser contra”, afirmou o presidente do conselho deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Oded Grajew (GHANEM, 2007, p. 38). Segundo ele, contudo, se o apelo emocional evocado não for suficiente para sensibilizar o Estado, a pressão do empresariado retirando apoio em bancadas parlamentares e a mobilização de redes de relacionamentos pode resultar em força política e “apoio”.

Observa-se que organizações privadas sem fins lucrativos não são pequenas organizações que representam comunidades; atuando em rede convertem-se em grandes corporações que administram seus negócios por meio de acordos inter-organizacionais e que buscam no Estado investimentos legais e financeiros. É preciso, no entanto, provar ao próprio Estado sua incapacidade de atuação contando, para isso, com uma sociedade vigilante, engajada politicamente e consciente de seus direitos. Valendo-se do poder coercitivo do Estado, cuja aparelhagem é funcional a reprodução do capitalismo, e do seu caráter educador, *grantmakers* Internacionais que operam em rede reforçam a necessidade de torná-lo parceiro de um suposto “terceiro setor” ético e socialmente responsável. Dito de outra forma, a “direita pelo social”, expressão cunhada por Neves (2010) e Martins (2009), vem pesando sobre a massa popular, utilizando-se da responsabilidade social das empresas e da nova filantropia, ou ISP, para “reinventar” formas de propor políticas públicas, educando tanto a classe trabalhadora, quanto outras frações da própria burguesia, pequenos empresários, profissionais liberais, para uma consciência coletiva na qual a existência de relações de antagonismo de classes e transformações históricas é negada ou simplesmente despercebida.

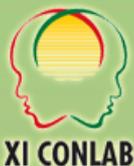


As RPPs explicitam o processo político e se caracterizam pela interdependência de recursos, técnicos, humanos e/ou financeiros, pela diversidade de organizações que a compõem e pelas complexas relações que se estabelecem (ZURBRIGGEN, 2006). Atuando na arena política, as redes funcionam como mecanismo de coordenação resultante de uma ação diretiva consciente, identificada como um novo método através do qual a sociedade é governada, pressupondo a provisão de recursos através de parcerias entre Estado e o setor privado, demandando tomada de decisões baseadas no consenso, sentimentos de confiança e mútua obrigação política.

A união de rede Gife e com redes que operam em nível nacional, regional e internacional favorece a difusão de diretrizes internacionais como “sustentabilidade”, “fortalecimento das capacidades de ação coletiva dos cidadãos excluídos”, “politização e mobilização de comunidades”, que dão sustentação teórica às propostas de políticas localizadas, passíveis de multiplicações segmentadas e “adaptáveis” em detrimento de políticas de caráter universalizante. Esses elementos nos permitem reafirmar que há gradativa substituição de políticas, ações e programas de caráter universal por políticas focalizadas, localizadas e de caráter emergencial e provisório (LOPES, 2008), retrocedendo-se a uma concepção de bem-estar operacionalizada pelas práticas do ISP, numa rede de solidariedade que protege os “mais pobres”.

A administração em rede permite conectar programas/projetos da iniciativa privada como demandas sociais, legitimando novas posições de poder e influência na participação concomitante em conselhos de administração pública como o CDES. Diretores e conselheiros Gife participam simultaneamente de diversas instâncias deliberativas em instituições privadas e no Estado, o que implica a vinculação de idéias e ideais das *grantmakers* mantenedoras, representadas, na grande maioria, pelo capital internacional e/ou financeiro, em programas/projetos desenvolvidos.

O desenvolvimento de atividades de *advocacy*, recomendadas por organizações privadas sem fins lucrativos de procedência norte-americana como Avina e Ashoka, e adotadas pelo Gife, reforçam o caráter de intelectual de tipo “americano” uma vez que atua na organização do modo de vida capitalista contemporâneo, privilegiando questões específicas em detrimento de questões gerais, dificultando a compreensão crítica das contradições centrais da sociedade capitalista pela classe trabalhadora. Essa afirmativa é corroborada também pelos cursos

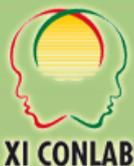


oferecidos na rede Gife para (con)formação dos profissionais que dirigem organizações e/ou programas/projetos de intervenção social, baseados nos métodos e técnicas gerenciais de qualidade total incorporados às práticas de ISP que valorizam o “atendimento as necessidades do receptor”, ou satisfação do “cliente”, e incitam a gerência de desempenho do voluntariado e o disciplinamento do próprio “receptor”, a classe trabalhadora, como indivíduo adaptado à cultura do sucesso e da competição consumista. Este modelo de (con)formação dificulta a construção de uma perspectiva política contra-hegemônica dado o apelo emocional da expressão “qualidade” já que se trata de algo positivo para todos.

O empresariado cria os técnicos para sua indústria e isto torna passível admitir que este segmento o faça de modo que seus subalternos dominem não apenas as lógicas administrativas de suas empresas, mas também suas estratégias de direção política e a internalização da ideologia dominante, resultando numa ação hegemônica sobre o conjunto dos mecanismos que asseguram a reprodução da vida social e das próprias relações de produção: “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 1984, p. 381-382).

Atuando em redes, o setor privado reforçou sua atuação na provisão de serviços educacionais por meio da prática do ISP em programas/projetos de intervenção local e/ou na administração de escolas públicas. Organizações privadas sem fins lucrativos investem em parcerias com o setor público e são administradas e monitoradas localmente, resultando supostamente na oferta de um serviço “público” de qualidade e na redução de gastos governamentais. Experiências do Sistema S no encaminhamento para o mercado de trabalho em detrimento dos sistemas estaduais e federais de educação profissional são ressaltadas como exitosas em estudos desenvolvidos pelo Gife em conjunto com outras instituições e reforçam que os “princípios para concepção de investimentos em educação” constituem um meio de aproximação da iniciativa privada com órgãos públicos a fim de influenciar a elaboração e a implementação de políticas educacionais visando reprodução do sistema capital. Estas ações nos permitem afirmar que as intervenções desta rede política na educação pública viabilizam a constituição de um nicho para Investimento Social Privado.

Educar para uma nova sociabilidade, com ênfase em práticas socialmente responsáveis e solidárias, é um dos elementos do movimento de recomposição da hegemonia burguesa no

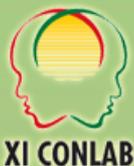


Brasil, difundidos em programas/projetos sociais na forma de investimento social privado. Trata-se de um conjunto sistemático de ações que visam a um só tempo atuar na educação de um “trabalhador de novo tipo” adequado às demandas do capitalismo, e fazer desta atividade um novo nicho de mercado.

Essas conclusões nos desafiam a pensar nas possibilidades de construção de outras redes capazes de produzir e difundir idéias e ideais “para além do capital”.

Referências

- BALL, S.; EXLEY, S. **Making policy with 'good ideas': the 'intellectuals' of New Labour**. 2008. Disponível em: <http://mail.google.com/mail/?ui=2&ik=280cbb2629&view=att&th=124314d5566e653a&attid=0.2&disp=vah&zw>. Acesso em: 09/11/2009.
- CAMPOS, R. **Educação infantil e organismos internacionais: uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional**. 2008. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.ppgeufsc.com.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/97.pdf. Acesso em: 29/10/2009.
- CARVALHO, M. C. B. **Gestão social: alguns apontamentos para o debate**. In: RICCO, E.M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 19-29.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. **Redes para conversão docente**. In: FIUZA, A. F.; CONCEIÇÃO, G. H. (Orgs.) **Política, educação e cultura**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008. p. 33-53.
- FARHAT, S. **Lobby: o que é. Como se faz: Ética e transparência na representação junto a governos**. Rio de Janeiro: ABERJE: Peirópolis, 2007. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lnR-w3HZ7HEC&oi=fnd&pg=PA17&dq="o+que+lobby"&ots=9lUFPtCrmZ&sig=ieoC41lOq6LHMkTpq_Q4xhiDMA#v=onepage&q=lobby&f=false](http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=lnR-w3HZ7HEC&oi=fnd&pg=PA17&dq=). Acesso em: 30/05/2010.
- GIFE. **Código de ética**. 1995. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/codigoetica.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Relatório de atividade: 2000. 2001**. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2000.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Relatório de atividade: 2003. 2004**. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2003.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Estatuto GIFE**. 2005a. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/geral/CodigoEtica/estatuto.pdf>. Acesso em: 10/11/2009.
- _____. **Perspectivas para o marco legal do terceiro setor**. 2009. Disponível em: http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/16/MARCOLEGAL_site.pdf. Acesso em: 18/02/2010.
- _____. **Mapa estratégico e plano de ação 2010**. 2009a. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/maplan2010.pdf>. Acesso em: 18/02/2010.
- _____. **Relatório de atividade: 2009. 2010**. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/geral/prestacaocontas/relatorio2009.pdf>. Acesso em: 22/05/2010.
- GHANEM, E. (org.) **Influir em políticas públicas e provocar mudanças sociais: experiências a partir da sociedade civil brasileira**. São Paulo: Ashoka; Avina; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- KLIJN, E. H. **Redes de políticas públicas: una visión general**. 1998. Disponível em: http://www.unap.cl/p4_unap/docs/curso_sociologia/RedPolPub_Klijn.pdf. Acesso em: 19/02/2009.
- LOPES, K. C. **Relatório de bolsista de iniciação científica**. Projeto Do global ao local: redes sociais, reformas educativas. Florianópolis, 2008. Mimeo.
- LOPES, K. C. **Educação pública como nicho de investimento social privado**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.



- LIMA, J. A. de. Redes na educação: questões políticas e conceituais. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga: IEP / UMINHO, Vol. 20 (2), 2007. p. 151 – 181.
- MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais**: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
- _____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.
- MARTINS, A. S. **A direita pelo social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.
- MARTINS, M. F. **Marx, Gramsci e o conhecimento**: ruptura ou continuidade? Campinas: Autores Associados; Americana: UNISAL, 2008.
- MINELLA, A. **Representação de classe do empresariado financeiro na América Latina: a rede transassociativa no ano 2006**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n28/a04n28.pdf>. Acesso em: 21/11/2008.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NEVES, L. M. W. **As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo**. 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>. Acesso em: 29/11/2008.
- _____. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: _____ (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.
- ONU. **Declaração de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org/odm/index.php>. Acesso em: 25/08/2010.
- PIZARRO, N. **Primera parte**: conceptos teóricos fundamentales. 2009. E-mail de: MINELLA, A. C. Primera parte: conceptos teóricos fundamentales. – Out/2009 [Apud PIZARRO, N. Primera parte: conceptos teóricos fundamentales.pdf. 2004. Mensagem recebida por Kátia Lopes<kl1972@gmail.com>. Recebida em: 08/08/2009.
- REDEAMERICA. Red Interamericana de Fundaciones y Acciones Empresariales para el Desarrollo de Base. **Quienes somos**. 2010. Disponível em: <http://www.redeamerica.org/QUIENESSOMOS.aspx>. Acesso em: 25/08/2010.
- ROCHA, G. O. **A formação das agendas sociais privadas**: um estudo a partir da questão do trabalho escravo contemporâneo. Dissertação. Política Social. UFF. 2009. Disponível em: [http://74.125.155.132/scholar?q=cache:D1TMv2PIUOcJ:scholar.google.com/+o+que+é+advocacy"&hl=pt-BR&as_sdt=2000](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:D1TMv2PIUOcJ:scholar.google.com/+o+que+é+advocacy). Acesso em: 30/05/2010.
- SCHNEIDER, V. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>. Acesso em: 14/05/2010.
- SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, Jul/Dez, 2005.
- _____. **Do global ao local: redes sociais, reforma educativa e gestão do trabalho docente**. Projeto de pesquisa. Florianópolis, 2008. Mimeo.
- _____. **Redes sociais e hegemonia**: apontamentos para estudos de política educacional. Florianópolis, 2009. Texto encaminhado para UEM. Mimeo.
- UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Conferência Mundial de Educação para Todos. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: http://app.crea-rj.org.br/portalcraev2midia/documentos/declaracaojomtien_tailandia.pdf. Acesso em: 01/10/2009.
- _____. **A declaração de Ottawa**. 2003. Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en|pt&u=http://portal.unesco.org/en/files/8200/10656093109Final-ottawadeclaration1kl.doc/Final-ottawadeclaration1kl.doc>. Acesso em: 25/08/2010.
- _____. **UNESCO – Country programming document (UCEP)**. Brasil 2008-2009. 2009. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/ulis/cgi-bin/ulis.pl?req=0&mt=100&mt_p=&by=2&sc1=1&look=default&sc2=1&lin=1&mode=e&fut8=1&gp=1&hist=1&text=Country+programming+document++Brasil&text_p=inc&submit=Search. Acesso em: 14/04/2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ZURBRIGGEN, C. **Las redes de políticas públicas:** una revisión teórica. 2006. Disponível em: <http://www.campus-arschile.cl/>. Acesso em: 18/06/2010.